

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA NA BASE DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

Vagner Nunes Pereira¹

Resumo: Este artigo investiga a gênese da dimensão ético-educativa da Filosofia da Libertação a partir da tradição filosófica mexicana do início do século XX. Sustenta-se que tal dimensão não emerge de modo abrupto nas formulações sistemáticas das décadas de 1960 e 1970, mas é historicamente preparada por um longo processo de crítica cultural, pedagógica e filosófica tendo no México sua base, o que o torna solo fértil para o nascedouro e sistematização que viriam nas próximas décadas. Analisa-se, inicialmente, a introdução do positivismo como pedagogia de Estado no contexto da reorganização republicana pós-1867, destacando seu papel na formação de uma subjetividade adaptada à ordem e marcada pela imitação cultural. Em seguida, examina-se a reação crítica do Ateneo de la Juventud, que denuncia a rotina pedagógica e a alienação formativa produzidas pelo positivismo, revalorizando as humanidades como eixo da reconstrução ética do sujeito histórico. O artigo aprofunda essa análise por meio das contribuições de Antonio Caso, cuja noção de mexicanidade articula educação, realidade e formação do sujeito, e de Samuel Ramos, que revela os efeitos subjetivos da dependência histórica por meio da crítica ao sentimento de inferioridade. Por fim, demonstra-se que Leopoldo Zea sistematiza essa tradição ao articular as categorias de circunstância, historicidade e responsabilidade, conferindo à filosofia um caráter explicitamente pedagógico e ético. Conclui-se que a Filosofia da Libertação herda dessa matriz mexicana a compreensão da filosofia como prática formativa orientada à emancipação histórica e à práxis ética transformadora.

Palavras-chave: Filosofia da Libertação; filosofia mexicana; educação; ética; Leopoldo Zea.

EDUCATION, HISTORICITY, AND RESPONSIBILITY: ATENEO, RAMOS, AND ZEA AT THE FOUNDATION OF THE PHILOSOPHY OF LIBERATION

Abstract: This article investigates the genesis of the ethical-educational dimension of the Philosophy of Liberation, tracing its roots back to the Mexican philosophical tradition of the early 20th century. It is argued that this dimension did not emerge abruptly in the systematic formulations of the 1960s and 1970s; rather, it was historically prepared by a long process of cultural, pedagogical, and philosophical critique centered in Mexico, which served as the fertile ground for the birth and systematization that would follow in the coming decades. The study initially analyzes the introduction of Positivism as a State pedagogy within the context of the post-1867 republican reorganization, highlighting its role in shaping a subjectivity adapted to order and marked by cultural imitation. Subsequently, it examines the critical reaction of the Ateneo de la Juventud, which denounced the pedagogical routine and the formative alienation produced by Positivism, revaluing the humanities as the axis for the ethical reconstruction of the historical subject. The article deepens this analysis through the contributions of Antonio Caso, whose notion of *mexicanidad* (Mexicanness) articulates education, reality, and the formation of the subject; and Samuel Ramos, who reveals the subjective effects of historical dependency through his critique

¹ Doutor e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do ABC. Professor de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio e de Formação de professores em pós-graduação. Membro do GT Filosofia da Libertação, Latino-americana e Africana (ANPOF), do GT Ética e Cidadania (ANPOF), do Grupo de Pesquisas Ética, Educação e Direitos Humanos (UNESP/CNPq), do Grupo de Pesquisa sobre Filosofia brasileira contemporânea e suas interfaces com as filosofias africana e latino-americana (UFABC) e da Asociación de Filosofía y Liberación (AFyL-Br). E-mail: vagner.cons@gmail.com. ORCID: [0000-0002-1731-9603](https://orcid.org/0000-0002-1731-9603).

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

of the "feeling of inferiority." Finally, it demonstrates that Leopoldo Zea systematizes this tradition by articulating the categories of circumstance, historicity, and responsibility, bestowing upon philosophy an explicitly pedagogical and ethical character. It concludes that the Philosophy of Liberation inherits from this Mexican matrix the understanding of philosophy as a formative practice oriented toward historical emancipation and transformative ethical praxis.

Keywords: Philosophy of Liberation; Mexican philosophy; education; ethics; Leopoldo Zea.

1. Introdução

A Filosofia da Libertação costuma ser situada, de modo quase consensual, como emergente na América Latina a partir das décadas de 1960 e 1970, em resposta aos contextos de dependência econômica, autoritarismo político, exclusão social e heranças dos processos de colonização pelos quais passaram todos os países da região, o que mantem, inclusive, uma forma de ser, de relação com a realidade, dos seres humanos aqui nascidos. Embora essa localização histórica seja correta quanto à sua fase de sistematização conceitual, ela tende a obscurecer um processo formativo mais longo, no qual se constrói progressivamente uma sensibilidade ética e educativa que antecede e prepara o terreno teórico da Filosofia da Libertação. Este artigo parte da hipótese de que tal sensibilidade encontra um de seus núcleos fundamentais na filosofia mexicana do início do século XX.

A centralidade do caso mexicano não se explica apenas pela originalidade de seus autores, mas pelo modo específico como a reflexão filosófica se articula, desde cedo, a um problema formativo: a constituição do sujeito histórico em uma realidade marcada pela colonialidade, pela dependência cultural e pela imitação sistemática de modelos estrangeiros. Nesse contexto, a filosofia deixa de ser compreendida como exercício abstrato de pensamento para assumir uma função explicitamente ética e educativa, entendida como tarefa de formação da consciência histórica e de crítica das condições concretas de existência.

Sustenta-se, assim, que a dimensão ético-educativa da Filosofia da Libertação não surge de modo abrupto nas controvérsias das décadas de 1960 e 1970, mas é historicamente preparada por um longo processo de crítica cultural, pedagógica e filosófica desenvolvido principalmente no México, entre a reorganização republicana pós-1867 e a institucionalização

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

intelectual das décadas de 1930 e 1940. Esse processo envolve, em um primeiro momento, a introdução do positivismo como pedagogia de Estado; em seguida, a reação crítica do Ateneo de la Juventud à educação imitativa e à rotina pedagógica; e, posteriormente, a reflexão sistemática sobre a subjetividade e a historicidade que culmina na obra de Leopoldo Zea.

2. O positivismo como pedagogia da ordem: educação, política e formação do sujeito

Após a restauração da república em 1867, com a derrota do imperador Maximiliano e a consolidação do projeto liberal liderado por Benito Juárez, o México enfrenta o desafio de reorganizar suas estruturas políticas, econômicas e sociais. Nesse contexto, a educação assume papel central como instrumento de modernização e de ordenamento da vida social. A convocação de Gabino Barreda, ex-aluno de Auguste Comte, para reorganizar o sistema educacional marca a introdução do positivismo como fundamento teórico e prático desse projeto.

Mais do que uma doutrina científica, o positivismo se estabelece como uma verdadeira pedagogia de Estado, orientada à formação de sujeitos adaptados à nova ordem republicana. A educação positivista não visa apenas transmitir conhecimentos técnicos ou científicos, mas moldar comportamentos, valores e atitudes compatíveis com a estabilidade política e social desejada. Trata-se, portanto, de um modelo educacional que articula, de forma indissociável, formação pedagógica e projeto político.

Leopoldo Zea explicita com essa articulação ao analisar o papel do positivismo na história mexicana. Para o autor, a filosofia positivista apresenta-se desde o início como resposta simultaneamente pedagógica e política a um problema histórico concreto:

Nossa filosofia se apresenta sob dois problemas: um caráter pedagógico e um caráter político [...]. Para que uma ordem social e política fosse estabelecida, era importante educar seus indivíduos ao respeito dessa ordem. Assim, a ordem política e social tinha como base uma pedagogia que impunha o respeito a tal ordem [...]. Havia de

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

transformar a ordem social e política, mas antes, havia de transformar seus seres humanos (ZEA, 1955, p. 11).

Essa passagem é decisiva para compreender o alcance formativo do positivismo mexicano. A transformação da sociedade é concebida como inseparável da transformação prévia dos sujeitos, o que confere à educação um papel normativo e disciplinador. Forma-se, assim, um tipo específico de sujeito: racional, obediente, laico e funcional à lógica do progresso, mas profundamente marcado pela imitação de modelos europeus e pela negação de sua própria historicidade.

Com o passar das décadas, esse modelo educacional deixa de ser apenas um instrumento de organização social para tornar-se um verdadeiro modo de ser, influenciando não apenas as instituições escolares, mas também a política, a cultura e o cotidiano. A formação positivista contribui para a consolidação de uma subjetividade dependente, na qual o progresso é identificado com a reprodução acrítica de paradigmas estrangeiros. É precisamente contra essa forma de educação e de subjetivação que se insurgiu a geração do Ateneo de la Juventud.

3. O Ateneo de la Juventud e a crítica à rotina pedagógica e à imitação cultural

O início do século XX, marcado pelo processo revolucionário de 1910, inaugura uma crise profunda do projeto positivista no México. A contestação não se limita às estruturas políticas e econômicas, mas atinge diretamente o modo como o ser humano vinha sendo formado. É nesse contexto que surge o Ateneo de la Juventud, grupo de jovens intelectuais — entre eles José Vasconcelos, Antonio Caso e Alfonso Reyes — que passa a questionar os fundamentos culturais e educativos da sociedade mexicana.

Formados inicialmente no interior do próprio sistema positivista, os membros do Ateneo percebem progressivamente o esgotamento desse modelo enquanto projeto formativo.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

A crítica ateneísta dirige-se, sobretudo, à educação concebida como rotina pedagógica, incapaz de formar sujeitos críticos, criativos e conscientes de sua realidade histórica. Alfonso Reyes expressa de maneira contundente essa ruptura ao afirmar:

Começamos a suspeitar que havíamos sido educados – inconscientemente – em uma impostura. O positivismo mexicano havia se convertido em rotina pedagógica e perdia crédito aos nossos olhos. Ficamos surpresos com os constantes enfraquecimentos nos escritores modernos que nos precederam. (REYES, 2000, p. 194)

Essa crítica não se restringe a aspectos metodológicos ou curriculares, mas atinge o núcleo ético da formação humana. A educação positivista é denunciada como impostura justamente por produzir sujeitos adaptados, mas não livres; técnicos eficientes, mas destituídos de responsabilidade histórica. O Ateneo, ao contrário, propõe uma revalorização das humanidades — filosofia, literatura, história — como condição para a reconstrução ética e cultural do país.

Nesse sentido, a atuação do Ateneo inaugura uma nova compreensão da filosofia como prática formativa e pública. Os filósofos deixam de ocupar exclusivamente o espaço acadêmico para intervir diretamente na vida cultural, política e educacional. Como observa Zea, trata-se de uma geração para a qual pensar e agir tornam-se inseparáveis, pois a reflexão filosófica é entendida como responsabilidade diante da realidade concreta, o que fica claro em sua afirmação de que: “nossos pensadores serão, assim, políticos e pedagogos. Repartiram sua vida entre a tribuna, o campo de batalha ou em aula” (1955, p.12).

A crítica à imitação cultural ocupa lugar central nesse projeto. Para os ateneístas, a reprodução acrítica de modelos estrangeiros não apenas compromete a autenticidade da produção intelectual, mas deforma a própria constituição do sujeito histórico. A educação deixa de ser instrumento de emancipação para tornar-se mecanismo de alienação, ao afastar o indivíduo de sua circunstância concreta.

Desse modo, o Ateneo de la Juventud estabelece as bases de uma crítica ético-educativa que será aprofundada nas décadas seguintes. Ao denunciar a rotina

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira pedagógica e a impostura formativa do positivismo, o grupo inaugura um horizonte no qual a filosofia passa a ser concebida como tarefa de formação integral do ser humano, orientada pela realidade histórica e pela busca de autenticidade. É nesse horizonte que se inscrevem, posteriormente, as reflexões de Samuel Ramos e a formação e construções filosóficas realizada por Leopoldo Zea.

4. Antonio Caso e a mexicanidade: educação, realidade e formação do sujeito histórico

A reflexão de Antonio Caso ocupa um lugar decisivo na crítica ao projeto formativo positivista e na consolidação de uma concepção de educação orientada pela realidade histórica concreta. Diferentemente de uma rejeição meramente negativa do positivismo, Caso elabora uma crítica que visa reconstruir o sentido da formação humana a partir da realidade mexicana, deslocando o problema da educação do plano técnico-instrumental para o plano ético e cultural. É nesse movimento que emerge, com maior clareza, a noção de *mexicanidade* como categoria formativa. Sobre essa questão, Leopoldo Zea escreveu que:

Este ideal [mexicanidade] já havia sido capitado intuitivamente por nossos artistas [...] Esta mesma realidade agora estimula a quem tem feito da realidade mexicana objeto de reflexão. É a mesma realidade, convertida em doutrina, que está animando atualmente nossos governos. Se originou em um ascetismo frente a doutrinas estranhas a nossa realidade (ZEA, 1955, p.68).

Para Caso, a crise do México não pode ser compreendida apenas como um problema político ou econômico, mas como expressão de uma deformação mais profunda: a formação de um sujeito histórico educado segundo parâmetros alheios à sua própria realidade. A imitação irreflexiva de modelos europeus e norte-americanos, longe de promover o progresso prometido pelo positivismo, produz uma subjetividade desenraizada, incapaz de reconhecer-se em sua própria história, cultura e circunstância. Nesse sentido, a crítica de Caso dirige-se diretamente ao núcleo educativo do projeto modernizador.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

A mexicanidade, longe de ser uma exaltação nacionalista ou essencialista, designa, em Caso, a necessidade de pensar e formar o sujeito a partir das condições concretas de sua existência. Trata-se de reconhecer que toda formação autêntica exige um vínculo orgânico entre educação e realidade, sem o qual o processo formativo se converte em mera reprodução de esquemas estranhos ao corpo histórico que pretende moldar. Essa posição é explicitada quando Caso afirma:

Nossas formas sociais e políticas procedem da Europa e dos Estados Unidos da América. Assim deveria ser, em grande parte, dado o curto tempo de nossa vida independente; porém precisamos, pela felicidade de nosso povo, que paremos de imitar os regimes político-sociais da Europa e nos apliquemos a explorar as condições geográficas, políticas e artísticas de nossa nação, as formas de nossas leis, o modo de nossa convivência e os ideais de nossas ações. Não podemos seguir assimilando os atributos de outras vidas, alheias. Nossa miséria contemporânea, nossas revoluções, nossa amargura trágica são frutos amargos da imitação irreflexiva (CASO, 1976, p. 77).

Essa passagem evidencia que a crítica de Caso não se limita à esfera das instituições políticas, mas alcança diretamente o campo da formação humana. A educação que imita modelos externos sem mediação crítica contribui para a produção de uma consciência alienada, incapaz de responder aos problemas reais de sua própria circunstância. A miséria histórica, nesse sentido, não é apenas material, mas também formativa - trata-se de uma falha na constituição do sujeito enquanto agente histórico.

Ao enfatizar a necessidade de “explorar as condições” da própria nação, Caso atribui à educação uma tarefa central na reconstrução ética da sociedade. Educar não significa transmitir conteúdos universais de forma abstrata, mas formar sujeitos capazes de interpretar, julgar e transformar a realidade em que vivem. A filosofia, nesse contexto, assume uma função pedagógica fundamental, pois é ela que possibilita a reflexão crítica sobre os valores, os ideais e os fins que orientam a ação humana.

Essa concepção implica uma redefinição profunda do papel do educador e do filósofo. Ambos deixam de ser meros transmissores de saberes consolidados para assumir a responsabilidade de orientar a formação da consciência histórica e, neste sentido, do próprio ser humano. A educação torna-se, assim, um processo de mediação entre o sujeito e sua

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

circunstância, no qual se constrói a possibilidade de uma ação ética autêntica. Não se trata de rejeitar o universal, mas de reapropriá-lo a partir da realidade concreta, evitando tanto o isolamento cultural quanto a submissão imitativa.

A noção de mexicanidade, portanto, inaugura um horizonte no qual educação e ética se articulam de modo indissociável. Formar o sujeito mexicano significa capacitá-lo a reconhecer-se como parte de uma história específica, marcada por conflitos, dependências e possibilidades próprias. Essa formação não visa a adaptação passiva à ordem existente, mas a constituição de uma consciência crítica capaz de intervir na realidade.

Nesse ponto, a reflexão de Caso estabelece uma ponte decisiva entre a crítica cultural do Ateneo e os desenvolvimentos posteriores da filosofia mexicana. Ao articular educação, realidade e formação do sujeito, Caso antecipa uma compreensão da filosofia como tarefa formativa orientada à emancipação histórica. Essa herança será aprofundada por Samuel Ramos, que deslocará o foco para a análise da subjetividade deformada pela dependência, e apreendida e reflexionada por Leopoldo Zea, que conferirá a esse percurso uma densidade filosófico-histórico mais ampla.

5. Samuel Ramos e a crítica da subjetividade dependente: formação, inferioridade e consciência histórica

A contribuição de Samuel Ramos representa um momento decisivo no aprofundamento da crítica iniciada pelo Ateneo de la Juventud, ao deslocar o foco da reflexão filosófica para a análise sistemática da subjetividade formada em contextos de dependência histórica. Se Antonio Caso havia enfatizado a necessidade de uma formação orientada pela realidade concreta como condição para a autenticidade cultural, Ramos investiga os efeitos dessa formação deformada no interior do próprio sujeito, revelando as marcas psicológicas e éticas da colonização e da imitação cultural.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

Discípulo direto de Antonio Caso, Ramos herda de seu mestre a preocupação com a realidade mexicana como ponto de partida da reflexão filosófica. No entanto, sua originalidade consiste em articular essa preocupação a instrumentos teóricos oriundos da filosofia da circunstância de Ortega y Gasset e da psicologia de Freud e Alfred Adler, sem que isso implique uma submissão teórica acrítica. Ao contrário, tais referenciais são mobilizados como ferramentas interpretativas para compreender uma situação histórica específica: a constituição de uma subjetividade marcada pelo *sentimento de inferioridade*.

Em *El perfil del hombre y la cultura en México* (1934), Ramos identifica esse sentimento não como traço natural ou psicológico isolado, mas como resultado histórico de um longo processo de negação cultural. A educação imitativa, herdada do positivismo e reforçada pela dependência estrutural, produz um sujeito que internaliza a desvalorização de si e de sua própria realidade. Trata-se, portanto, de uma crítica que incide diretamente sobre o processo formativo, evidenciando como a educação pode operar tanto como instrumento de emancipação quanto de alienação.

Leopoldo Zea reconhece explicitamente a importância dessa inflexão operada por Ramos ao situá-lo como elo fundamental na tradição crítica mexicana. Ao organizar, em 1968, uma antologia dedicada ao pensamento filosófico do México, Zea caracteriza a posição de Ramos nos seguintes termos:

Discípulo de Antonio Caso, José Vasconcelos e Pedro Henrique Ureña, resume as preocupações deles pela realidade mexicana e latino-americana. Apoiando-se em Freud e Adler traz a questão do que considera sentimento de inferioridade do mexicano e, por extensão, do latino-americano, enfrentando-o (ZEA, 1968, p. 59).

Essa leitura evidencia que a análise do sentimento de inferioridade não se reduz a uma abordagem psicológica individualizante. Ao contrário, trata-se de uma crítica ético-cultural que visa desvelar os mecanismos históricos de formação de uma consciência dependente. Ramos compreende que o sujeito educado sob paradigmas estranhos à sua realidade tende a medir-se constantemente a partir de critérios externos, produzindo uma relação negativa consigo mesmo e com sua própria cultura.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

Nesse sentido, a crítica ramosiana aprofunda o eixo educação–realidade–formação do sujeito ao revelar que a alienação não ocorre apenas no plano institucional ou cultural, mas no interior da própria subjetividade. A educação, ao não partir da circunstância concreta, contribui para a interiorização da dependência, transformando-a em traço constitutivo do modo de ser. Superar essa condição exige, portanto, mais do que reformas estruturais: requer um processo formativo capaz de reconfigurar a relação do sujeito consigo mesmo e com sua história.

Ramos recorre à noção de circunstância para sustentar que toda ação humana é inseparável do contexto histórico em que se realiza. Pensar filosoficamente implica, assim, assumir a própria situação como problema e como ponto de partida. Essa perspectiva reforça a ideia de que apenas uma filosofia enraizada na realidade mexicana pode orientar uma ação autêntica, seja no plano individual, seja no plano coletivo. A educação, nesse quadro, assume a função de mediação crítica entre o sujeito e sua circunstância, possibilitando a reconstrução da consciência histórica.

A importância de Ramos para a gênese da Filosofia da Libertação reside justamente nesse deslocamento do foco analítico para a formação do sujeito oprimido. Ao explicitar os efeitos subjetivos da dependência histórica, sua obra antecipa uma preocupação central da filosofia libertadora: a libertação não é apenas estrutural ou política, mas também formativa e ética. Libertar-se implica desarticular os mecanismos internos de submissão que impedem o reconhecimento de si como agente histórico.

Desse modo, a reflexão de Samuel Ramos constitui uma etapa fundamental na consolidação da matriz ético-educativa que atravessa a filosofia mexicana do século XX. Ao articular educação, subjetividade e realidade, Ramos fornece a Leopoldo Zea os elementos necessários para uma construção filosófica mais ampla da responsabilidade histórica do filósofo e da educação como tarefa emancipatória. É a partir dessa herança que Zea desenvolverá uma concepção de filosofia como prática ética orientada à formação da consciência histórica latino-americana.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

6. Leopoldo Zea: historicidade, responsabilidade e a tarefa pedagógica da filosofia

Com Leopoldo Zea, a tradição crítica inaugurada pelo Ateneo de la Juventud e aprofundada por Antonio Caso e Samuel Ramos atinge um nível mais elevado de sistematização filosófica. Zea não apenas herda os problemas formulados por seus professores, mas os reorganiza a partir de uma reflexão rigorosa sobre a historicidade do pensamento, conferindo unidade conceitual à matriz ético-educativa que se delineia na filosofia mexicana do século XX. Em sua obra, educação, ética e filosofia deixam de ser dimensões paralelas para constituírem um mesmo núcleo teórico-prático: a responsabilidade histórica do sujeito e do filósofo.

A noção de circunstância ocupa lugar central nesse processo. Influenciado pela filosofia de Ortega y Gasset, mas reinterpretando-a a partir da realidade latino-americana, Zea afirma que toda filosofia é inseparável do tempo e do lugar em que é produzida. Não existe pensamento neutro ou universal em sentido abstrato; toda elaboração filosófica emerge de uma situação histórica concreta e responde a problemas específicos. Essa compreensão da historicidade desloca radicalmente o sentido da filosofia: pensar é assumir responsabilidade pela realidade que se pensa.

Nesse ponto, Zea radicaliza a crítica à imitação cultural já presente em Caso e Ramos. A reprodução acrítica de modelos estrangeiros não é apenas um equívoco metodológico, mas uma falha ética, pois implica a recusa em assumir a própria circunstância como problema filosófico legítimo. Pensar desde a América Latina exige reconhecer a condição histórica de dependência e subdesenvolvimento não como destino, mas como ponto de partida para a ação transformadora. A filosofia torna-se, assim, uma prática comprometida com a formação da consciência histórica.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

Essa concepção confere à educação um papel estrutural na atividade filosófica. Para Zea, educar não significa apenas transmitir conhecimentos acumulados, mas possibilitar a tomada de consciência da realidade histórica e das responsabilidades que dela decorrem. A tarefa pedagógica do filósofo consiste em tornar visíveis as estruturas que condicionam a ação humana, removendo os obstáculos que impedem o reconhecimento do sujeito como agente histórico. Filosofar é, nesse sentido, educar para a responsabilidade.

A responsabilidade histórica, conceito-chave em Zea, não deve ser confundida com uma exigência moral abstrata. Trata-se de uma responsabilidade situada, que emerge da consciência da própria condição histórica. O sujeito é responsável porque está inserido em uma circunstância concreta que exige resposta. A educação, ao possibilitar essa consciência, torna-se condição de possibilidade da ação ética autêntica. Sem formação histórica, não há responsabilidade; sem responsabilidade, não há libertação.

Essa articulação entre historicidade, responsabilidade e educação permite compreender a filosofia como prática eminentemente formativa. O filósofo não é apenas intérprete do mundo, mas mediador entre a realidade e a ação, orientando a formação de sujeitos capazes de responder aos desafios de seu tempo. A filosofia assume, assim, um caráter pedagógico constitutivo, que não se reduz ao espaço escolar, mas se estende à vida cultural, política e social. Esta dimensão educacional, segundo o próprio autor, é parte da responsabilidade do filósofo, ao qual “corresponde uma tarefa pedagógica, uma tarefa de ensino” (ZEA, 1948, p.118). Pois “enquanto o resto dos humanos se agita em múltiplos quefazeres, ao filósofo corresponde a tarefa de retirar os escombros, de eliminar os obstáculos, marcar o lugar que a cada coisa corresponde na circunstância na qual se encontra” (ZEA, 1948, p.118). De um lado, a tarefa de ensinar, de outro a de deixar claro o que já está nas circunstâncias: dupla tarefa do filósofo.

Nesse sentido, Zea retoma e amplia a compreensão já presente no Ateneo de que os pensadores latino-americanos são, simultaneamente, filósofos, educadores e agentes públicos. A reflexão filosófica não se encerra na produção teórica, mas se realiza plenamente

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

quando orienta práticas concretas de transformação. Pensar a realidade é, em muitos sentidos, agir sobre ela; refletir sobre a ação é parte do próprio movimento de transformação histórica.

A reflexão e construção zeana prepara, desse modo, o terreno conceitual para a emergência da Filosofia da Libertação. Ao afirmar que toda filosofia autêntica nasce da circunstância e se orienta pela responsabilidade histórica, Zea fornece as bases para uma ética que ultrapassa o plano individual e se dirige ao outro concreto, historicamente situado. A educação, entendida como formação da consciência histórica, aparece então como condição indispensável para qualquer projeto de libertação.

Dessa forma, a obra de Leopoldo Zea não representa apenas a culminância de uma tradição filosófica nacional, mas a transição para um horizonte mais amplo, no qual a filosofia latino-americana se reconhece como tarefa ética, educativa e política. É a partir dessa matriz que a Filosofia da Libertação poderá radicalizar a noção de responsabilidade, deslocando-a para a relação com o outro oprimido e para a exigência de uma práxis efetivamente emancipatória — tema que será desenvolvido nas seções seguintes.

7. Da tradição mexicana à Filosofia da Libertação: continuidade e deslocamento da matriz ético-educativa

A reconstrução do percurso filosófico mexicano realizada nas seções anteriores permite sustentar que a Filosofia da Libertação não emerge como ruptura absoluta no cenário intelectual latino-americano, mas como desdobramento crítico de uma matriz ético-educativa previamente constituída. Essa matriz, elaborada progressivamente pelo Ateneo de la Juventud, aprofundada por Antonio Caso e Samuel Ramos e que chega a Leopoldo Zea, influenciando seu fazer filosófico e a construção de seu pensamento, estabelece os fundamentos conceituais que tornam possível a emergência de uma filosofia explicitamente orientada à libertação histórica.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

O elemento de continuidade mais evidente entre a tradição mexicana e a Filosofia da Libertação reside na compreensão da filosofia como prática situada. Desde a crítica ateneísta à imitação cultural até a noção zeana de circunstância e responsabilidade histórica, afirma-se a impossibilidade de um pensamento filosófico neutro ou universal em sentido abstrato. Filosofar implica responder a uma realidade concreta, marcada por conflitos históricos específicos. A Filosofia da Libertação radicaliza esse princípio ao afirmar que a situação latino-americana não é apenas circunstância, mas condição estrutural de opressão.

Nesse sentido, o deslocamento operado pela Filosofia da Libertação não consiste em abandonar a herança mexicana, mas em aprofundá-la. Se, em Zea, a responsabilidade histórica está ligada à tomada de consciência da própria condição e à formação do sujeito capaz de responder à sua circunstância, a Filosofia da Libertação desloca o eixo dessa responsabilidade para a relação com o outro concreto, historicamente oprimido. Trata-se de uma passagem da consciência histórica à exigência ética da alteridade, sem que isso implique a negação do caráter educativo da filosofia.

A centralidade da educação permanece, portanto, como elemento estruturante. A Filosofia da Libertação compreende que a libertação não pode ser reduzida a transformações institucionais ou econômicas, pois envolve, de modo decisivo, a formação de sujeitos capazes de reconhecer a opressão, compreender suas causas históricas e agir de forma solidária e transformadora. Essa concepção retoma, em novo nível, a crítica ramosiana à subjetividade dependente e a noção zeana de formação da consciência histórica.

Além disso, a tradição mexicana fornece à Filosofia da Libertação uma compreensão específica da relação entre filosofia e práxis. Desde o Ateneo, a reflexão filosófica é concebida como inseparável da intervenção pública, seja no campo educacional, cultural ou político. Zea consolida essa perspectiva ao afirmar que pensar a realidade é já um modo de agir sobre ela. A Filosofia da Libertação, ao assumir explicitamente o horizonte da práxis libertadora, herda essa compreensão e a orienta para a transformação das estruturas de dominação.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

É importante notar que essa continuidade não elimina as diferenças entre os projetos filosóficos. Enquanto a tradição mexicana concentra-se, sobretudo, na formação do sujeito histórico e na crítica da imitação cultural, a Filosofia da Libertação incorpora de modo mais sistemático a análise das estruturas econômicas, políticas e sociais da opressão. No entanto, essa ampliação não rompe com o núcleo ético-educativo anterior; ao contrário, pressupõe sua existência. Sem a formação de uma consciência histórica crítica, a análise estrutural perderia seu potencial emancipatório.

Assim, pode-se afirmar que a Filosofia da Libertação encontra na tradição mexicana uma de suas condições de possibilidade. A crítica à educação imitativa, a análise da subjetividade deformada pela dependência e a concepção da filosofia como tarefa pedagógica e ética constituem o solo a partir do qual a libertação pode ser pensada não apenas como projeto político, mas como processo formativo integral. A libertação, nesse horizonte, é inseparável da educação da consciência histórica e da formação ética do sujeito.

Ao reconhecer essa genealogia, evita-se tanto a leitura da Filosofia da Libertação como fenômeno isolado quanto sua redução a um mero reflexo das conjunturas das décadas de 1960 e 1970. O que se revela, ao contrário, é a existência de uma longa tradição de pensamento crítico latino-americano, para a qual educação, ética e filosofia constituem dimensões indissociáveis de uma mesma tarefa histórica. É essa tradição que confere densidade e legitimidade ao projeto libertador, permitindo compreendê-lo como culminância — e não como ruptura — de um processo intelectual iniciado no México do início do século XX.

8. Educação e libertação: da consciência histórica à práxis ética

A partir da tradição filosófica mexicana reconstruída até aqui, torna-se possível compreender a educação como eixo estruturante da Filosofia da Libertação. Não se trata de

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

um tema periférico ou aplicado posteriormente ao sistema filosófico, mas de um elemento constitutivo da própria concepção de filosofia enquanto resposta histórica situada. A educação, nesse horizonte, é o espaço privilegiado no qual a consciência histórica se forma, se critica e se converte em práxis ética transformadora.

Em Leopoldo Zea, a educação aparece como tarefa ineliminável do filósofo, pois é por meio dela que se torna possível explicitar as circunstâncias históricas nas quais os sujeitos estão inseridos. Educar não significa transmitir conteúdos abstratos ou universais, mas tornar inteligível a realidade concreta, revelando seus condicionamentos, limites e possibilidades de superação. A formação da consciência histórica é, assim, condição necessária para qualquer projeto de libertação.

Essa concepção rompe com modelos educacionais herdados do colonialismo e do positivismo, nos quais a educação operava como mecanismo de adaptação à ordem vigente. Ao contrário, educar, no horizonte da Filosofia da Libertação, implica desvelar as estruturas de dominação e formar sujeitos capazes de agir criticamente sobre elas. A educação deixa de ser instrumento de reprodução social para tornar-se mediação ética da transformação histórica.

Zea formula essa compreensão ao afirmar que a educação deve orientar-se para a liberdade e para a integração dos povos latino-americanos, articulando o conhecimento da realidade nacional à consciência continental, o que deixa explícito ao dizer que:

Educar para a liberdade e a integração, a partir do pleno conhecimento da realidade que há de ser transformada. A realidade nacional de cada povo e, ao mesmo tempo, a realidade continental das quais estes povos são inevitavelmente parte. Se o império espanhol educou os americanos para a servidão ao largo de três séculos, por que nossa América não há de ser capaz de preparar seus povos para o uso da liberdade e para a sua integração na liberdade? Nossos povos precisam se conhecer em plenitude e, a partir deste conhecimento, atuar em conjunto para o logro e defesa de suas ineludíveis liberdades (ZEA, 1991, p. 383).

Essa formulação evidencia que a educação, para Zea, não é apenas um meio de formação individual, mas um processo histórico coletivo, voltado à construção de sujeitos conscientes de sua pertença cultural, política e ética. A libertação, nesse sentido, não pode ser pensada sem uma profunda transformação dos modos de formar o humano.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

A Filosofia da Libertação retoma esse núcleo educacional e o desloca para o centro de sua proposta ética. A consciência histórica, uma vez formada, exige ação. Não basta compreender a realidade; é necessário agir sobre ela. A práxis ética emerge, então, como momento decisivo no qual a educação se converte em libertação. Trata-se de uma práxis orientada pelo reconhecimento do outro como sujeito histórico, recusando toda forma de desumanização, exclusão ou instrumentalização.

Nesse ponto, a educação assume um caráter explicitamente ético-político. Formar o sujeito libertador implica desenvolver a capacidade de reconhecer a alteridade, assumir responsabilidades históricas e agir solidariamente diante das injustiças estruturais. A ética da libertação não se reduz a um conjunto de normas, mas se manifesta como ação concreta situada, enraizada nas circunstâncias históricas da América Latina.

Essa compreensão permite afirmar que a Filosofia da Libertação não propõe uma pedagogia instrumental ou tecnicista, mas uma pedagogia crítica, histórica e ética. A formação do sujeito não ocorre à margem da realidade social, mas no confronto direto com ela. Educar é, portanto, um ato político no sentido mais profundo: um ato de desvelamento da realidade e de compromisso com sua transformação.

Ao articular consciência histórica, educação e práxis ética, a Filosofia da Libertação herda e radicaliza a tradição mexicana. Se o Ateneo e seus desdobramentos insistiram na necessidade de formar sujeitos capazes de pensar a própria realidade, a Filosofia da Libertação acrescenta que essa formação só se completa quando se converte em ação libertadora. A educação, nesse horizonte, deixa de ser preparação para a vida social tal como ela é e passa a ser preparação para a construção de uma realidade outra, fundada na justiça, na solidariedade e na dignidade humana.

Dessa forma, a educação não aparece como etapa preliminar da libertação, mas como seu próprio processo. Libertar-se é educar-se historicamente; educar-se é assumir a tarefa ética de transformar a realidade. É nessa circularidade entre consciência, educação e

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

práxis que se revela o núcleo mais profundo da Filosofia da Libertação e sua relevância para o pensamento filosófico e educacional latino-americano contemporâneo.

9. Conclusão

O percurso desenvolvido ao longo deste artigo permitiu sustentar que a Filosofia da Libertação possui uma gênese filosófica-histórica mais ampla e complexa do que aquela usualmente atribuída às décadas de 1960 e 1970. Ao reconstruir a tradição filosófica mexicana do início do século XX — do Ateneo de la Juventud a Samuel Ramos e Leopoldo Zea —, evidenciou-se que a dimensão ético-educativa constitui um eixo estruturante desse pensamento desde suas formulações iniciais, e não um acréscimo tardio ou secundário.

A crítica ao positivismo, levada a efeito pelo Ateneo, revelou o caráter pedagógico da dominação cultural e a centralidade da educação na constituição do sujeito histórico. Ao denunciar a imitação acrítica de modelos estrangeiros, os ateneístas deslocaram a filosofia do plano da abstração universal para o terreno da formação humana concreta, inaugurando uma compreensão da filosofia como prática crítica orientada pela realidade vivida. Nesse contexto, a educação emerge como espaço privilegiado de disputa ética, cultural e política.

Antonio Caso aprofunda esse movimento ao formular a noção de mexicanidade como critério filosófico e formativo. Sua reflexão evidencia que a autenticidade do pensamento não reside na ruptura absoluta com a tradição filosófica ocidental, mas na apropriação crítica dessa tradição a partir das circunstâncias históricas concretas. A educação, nesse horizonte, assume a tarefa de formar sujeitos capazes de pensar e agir desde sua própria realidade, rompendo com a lógica da imitação e da alienação cultural.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

Samuel Ramos amplia essa perspectiva ao deslocar a análise para o plano da subjetividade. Sua crítica ao sentimento de inferioridade revela que a dominação histórica se internaliza nos processos formativos, produzindo sujeitos marcados pela autonegação. Com isso, a educação passa a ser compreendida como processo de reconstrução ética da consciência, indispensável para qualquer projeto de emancipação histórica. A libertação, nesse sentido, exige não apenas transformações estruturais, mas uma profunda reconfiguração da formação humana.

É com Leopoldo Zea que esse percurso atinge sua maior densidade conceitual. Ao articular as categorias de circunstância, responsabilidade e historicidade, Zea sistematiza uma concepção de filosofia como resposta ética situada, cuja tarefa central consiste em tornar explícitas as condições históricas que moldam a existência humana. A educação, para Zea, é inseparável dessa tarefa, pois é por meio dela que se forma a consciência histórica capaz de sustentar uma práxis transformadora. Educar é possibilitar o reconhecimento da própria circunstância e, a partir dela, assumir responsabilidade pela realidade compartilhada.

A Filosofia da Libertação herda e radicaliza esse legado ao afirmar a centralidade da práxis ética orientada pelo reconhecimento do outro como sujeito histórico. A educação deixa de ser mera preparação técnica para a inserção social e passa a ser concebida como processo formativo voltado à construção de sujeitos capazes de agir criticamente diante das estruturas de dominação. Libertar-se é educar-se historicamente; educar-se é assumir a tarefa ética de transformar a realidade.

Dessa forma, o artigo demonstrou que a dimensão educacional da Filosofia da Libertação não constitui um campo aplicado ou instrumental, mas um de seus fundamentos teóricos e históricos. Reconhecer a genealogia mexicana desse pensamento permite compreender a filosofia latino-americana como prática formativa comprometida com a emancipação histórica do sujeito e com a construção de formas mais justas de convivência social.

EDUCAÇÃO, HISTORICIDADE E RESPONSABILIDADE: ATENEO, RAMOS E ZEA...

Vagner Nunes Pereira

Ao evidenciar essa herança, o estudo contribui para o aprofundamento dos debates contemporâneos sobre a Filosofia da Libertação e sua relevância para o pensamento educacional latino-americano, reafirmando a necessidade de uma filosofia que não apenas interprete o mundo, mas participe ativamente de sua transformação ética e histórica.

Bibliografia

CASO, Antonio. Discurso a la nación mexicana. In: *Antonio Caso: Obras Completas*. Volume IX. México: UNAM, 1976.

REYES, Alfonso. Pasado inmediato. In: *Conferencias del Ateneo de la Juventud*. 3ª Ed., Mexico: UNAM, 2000.

RAMOS, Samuel, *El perfil del hombre y la cultura em México*. Mexico: Editorial Pedro Robero, 1938.

ZEA, Leopoldo. *Ensayos sobre Filosofía en la Historia*. México: Editorial Stylo, 1948.

_____. *La filosofía en México*. Volume 17, Tomo 1. México: Libro-Mex. Editores, 1955.

_____. *Antología de la Filosofía Americana Contemporánea*. vol. 7. México: B.Costa-Amic Editor, 1968 (Colección Pensamiento de America).

_____. *América en la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991